

Como registrar reclamações de denunciantes conforme a *Seaman's Protection Act* (Lei de Proteção ao Marinheiro)

Os marinheiros contam com proteção contra retaliações por denunciarem supostas violações das leis ou regulamentos de segurança marítima.

Funcionários abrangidos

A *Lei de Proteção ao Marinheiro* (*Seaman's Protection Act, SPA*) proíbe retaliações contra marinheiros decorrentes da participação em determinadas atividades protegidas, vinculadas à conformidade com as leis e normas de segurança marítima.

Um marinheiro é qualquer indivíduo envolvido ou contratado em qualquer função a bordo de uma embarcação dos EUA ou qualquer outra embarcação de propriedade de um cidadão dos Estados Unidos. Para obter uma definição de "cidadão dos Estados Unidos", consulte o 29 CFR 1986.101(d).

Atividade protegida

Uma pessoa não pode demitir ou retaliar de qualquer outra forma um marinheiro porque ele:

- Forneceu (ou está prestes a fornecer) informações relacionadas a uma violação das leis ou regulamentos de segurança marítima à Guarda Costeira dos EUA (USCG) ou a outro órgão ou agência federal apropriada;
- Denunciou (ou está prestes a denunciar) assédio ou agressão sexual contra o marinheiro ou informações sobre assédio ou agressão sexual contra outro marinheiro ao proprietário da embarcação, à Guarda Costeira ou a outro órgão ou agência federal apropriada;
- Recusou-se a desempenhar suas funções devido a um receio razoável de lesões sérias ao marinheiro, a outros marinheiros ou ao público, caso o marinheiro tenha previamente solicitado ao empregador a correção da condição perigosa;

- Testemunhou em um processo instaurado para fazer cumprir uma lei ou regulamento de segurança marítima (incluindo reclamações internas);
- Notificou ou tentou notificar o proprietário da embarcação ou a USCG sobre uma lesão ou doença de um marinheiro relacionada ao trabalho;
- Cooperou com uma investigação de segurança da USCG ou do Conselho Nacional de Segurança nos Transportes (NTSB, National Transportation Safety Board);
- Forneceu informações a qualquer oficial público sobre qualquer acidente marítimo em que houve morte(s), lesões ou danos à propriedade decorrentes do transporte de uma embarcação; ou
- Relatou com precisão as horas de trabalho de acordo com a Parte A, Subtítulo II, Título 46 do Código dos Estados Unidos.

Ações de trabalho desfavoráveis

Pode-se considerar que uma pessoa infringiu a SPA, caso a atividade protegida do marinheiro tenha sido um fator que contribuiu para a decisão da pessoa de tomar uma ação trabalhista desfavorável contra o marinheiro.

Uma ação trabalhista desfavorável ("ação adversa") é qualquer ação tomada por um empregador que possa dissuadir um funcionário de se envolver em atividades protegidas. Tais ações podem incluir:

- Demissão ou dispensa
- Rebaixamento de função
- Não concessão de horas extras ou promoção

- Imposição de medidas disciplinares
- Não concessão de benefícios
- Falha na contratação ou recontração
- Intimidação ou assédio
- Ameaças
- Realocação que afeta as perspectivas de promoção
- Redução do salário ou das horas de trabalho
- Ações indiretas, como isolar, marginalizar, ridiculizar ou acusar falsamente o funcionário de baixo desempenho
- Inclusão em uma lista negra (interferir intencionalmente na capacidade de um funcionário de obter um emprego no futuro)
- Demissão construtiva (quando um empregador força o funcionário a pedir demissão tornando as condições de trabalho intoleráveis, devido ao envolvimento dele em atividades protegidas)
- Denunciar o funcionário à polícia ou às autoridades de imigração

Data limite para o envio de reclamações

As reclamações devem ser apresentadas no prazo de 180 dias após a ocorrência da suposta ação trabalhista desfavorável (ou seja, quando o marinheiro for notificado da ação de retaliação).

Como registrar uma reclamação

Um marinheiro, ou representante de um marinheiro, que acredite que ele ou ela tenha sofrido retaliação que viole a SPA, poderá registrar uma reclamação na OSHA. As reclamações podem ser feitas verbalmente, ligando para o escritório local da OSHA pelo telefone 1-800-321-OSHA (6742); por escrito, enviando uma reclamação para o escritório da OSHA mais próximo; ou fazendo o registro online no site www.whistleblowers.gov/complaint_page.

As reclamações por escrito devem ser enviadas por fax, comunicação eletrônica ou entrega em mãos durante o horário comercial; pelo correio dos EUA (é recomendado o uso dos serviços de confirmação) ou outra transportadora comercial terceirizada.

A data do carimbo postal, fax, comunicação eletrônica, chamada telefônica, entrega em mãos, entrega a uma transportadora comercial terceirizada ou entrega pessoal em um escritório da OSHA é considerada a data em que a

reclamação foi protocolada. Não é necessário nenhum formulário específico e as reclamações podem ser enviadas em qualquer idioma.

Para fazer uma reclamação eletronicamente, acesse www.osha.gov/whistleblower/WBComplaint.

Para entrar em contato com a OSHA para fazer uma reclamação, ligue para 1-800-321-OSHA (6742) e você será encaminhado ao escritório mais próximo; ou acesse www.osha.gov/contactus/bystate.

Após o recebimento, a OSHA analisará a reclamação para determinar se é apropriado conduzir uma investigação para apurar os fatos (por exemplo, se a reclamação foi apresentada no prazo de 180 dias; se a alegação está coberta pela SPA). Todas as reclamações são investigadas de acordo com os requisitos estatutários descritos no 29 CFR 1986.104.

Resultados da investigação

Se as evidências apoiarem a alegação de retaliação de um marinheiro e não for possível chegar a um acordo voluntário, a OSHA emitirá uma ordem exigindo a reintegração, bem como outras possíveis medidas de ressarcimento ao marinheiro, inclusive:

- Pagamento de salários atrasados com juros.
- Indenização compensatória, incluindo honorários advocatícios e outras despesas que o marinheiro possa ter tido como resultado da violação.
- Indenizações punitivas de até 250.000 USD.

As constatações e a decisão da OSHA tornam-se uma decisão terminativa do Secretário do Trabalho, a menos que uma das partes se oponha às constatações em um prazo de 30 dias. Uma ordem de reintegração entra em vigor imediatamente, independentemente de qualquer objeção.

Após a OSHA emitir as constatações e a decisão, as partes poderão solicitar uma audiência completa perante um Juiz de Direito Administrativo (ALJ) do Departamento de Trabalho (DOL). Se a OSHA tiver emitido constatações de mérito, ela (representada por um advogado do DOL) instaurará o processo normalmente, mas as partes reterão seus direitos de pleitear em juízo. Qualquer parte, incluindo a

OSHA, poderá solicitar uma revisão da decisão do ALJ pelo Conselho de Revisão Administrativa (ARB, Administrative Review Board) do Departamento. As decisões do Conselho de Revisão Administrativa, bem como as decisões não revisadas do Juiz de Direito Administrativo, poderão ser recorridas nos Tribunais de Apelação apropriados dos Estados Unidos.

Se uma decisão final da agência não for emitida em 210 dias da data da reclamação do marinheiro à OSHA, o marinheiro poderá, então, submeter uma ação civil ao Tribunal Regional apropriado dos Estados Unidos.

Mais informações

Para obter uma cópia da Seaman's Protection Act (46 U.S.C. §2114), dos regulamentos (29 CFR 1986), e outras informações, acesse www.whistleblowers.gov.

O Programa de Proteção de Denunciantes da OSHA cumpre as provisões de mais de vinte leis federais relacionadas a denunciantes. Para obter mais informações sobre os estatutos de denunciantes que a OSHA cumpre, consulte nosso "Whistleblower Statutes Desk Aid" em www.whistleblowers.gov/whistleblower_acts_desk_reference.

Para informações sobre materiais de pesquisas jurídicas e procedimentos do Escritório de Juizes de Direito Administrativo, acesse www.oalj.dol.gov e clique no link "Whistleblower Collection".

Para informações sobre os regulamentos e leis de segurança marítima, acesse o site da Guarda Costeira dos EUA em www.uscg.mil e o site do Bureau of Safety and Environmental Enforcement (BSEE) em www.bsee.gov.

Se tiver dúvidas ou precisar de mais informações, acesse nosso site em www.whistleblowers.gov ou ligue para a OSHA em 1-800-321-6742.

De acordo com a Occupational Safety and Health Act, de 1970, os empregadores são responsáveis por fornecer locais de trabalho seguros e são para seus funcionários. A função da OSHA é ajudar a garantir essas condições para os trabalhadores dos EUA ao estabelecer e cumprir padrões, bem como fornecer treinamento, educação e assistência. Para mais informações, acesse www.osha.gov.

Esse é um de uma série de folhetos informativos destacando os padrões, as políticas ou os programas da OSHA. Não são impostos novos requisitos de conformidade. Para uma lista abrangente de requisitos de conformidade com os regulamentos ou padrões da OSHA, consulte o Título 29 do Code of Federal Regulations. Essas informações serão disponibilizadas a indivíduos com deficiências sensoriais mediante solicitação. O telefone por voz é (202) 693-1999; número do teletipo: 1-877-889-5627.

